

**ESTUDOS ELEITORAIS EM ÁFRICA:
DESAFIOS TEÓRICOS, METODOLÓGICOS E CONCEPTUAIS**

Zefanias A. Matsimbe

“Conferência ‘*Desafios da investigação social e económica em tempos de crise*’, organizada pelo IESE”.

Docente no Departamento de Ciência Política e Administração Pública da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (matsimbe71@yahoo.co.uk)

Maputo, 19-21 de Setembro de 2017

Introdução

Estudos eleitorais em África são um fenómeno recente, tal como é a própria democracia consubstanciada em processos eleitorais multipartidários. O princípio da década de 1990, período que coincide com o fim da guerra fria, tem sido tomado como um marco importante no processo de transição política de larga escala conhecida como terceira onda de democratização que abrangeu quase todos os países a sul do Sahara. Muitos destes países estão ainda nas suas quartas eleições ou próximos de realizar as suas quintas eleições democráticas e multipartidárias a seguir às suas transições.

Dado o carácter novo de processos democráticos e eleitorais, o enfoque de pesquisa no continente ainda tem o seu enfoque na compreensão do fenómeno transição de um regime de partido único para o multipartidarismo, nos mecanismos de funcionamento das instituições emergentes, tal como os partidos e sistemas políticos, os órgãos eleitores, etc., do que compreender as motivações individuais dos eleitores. Existe também grande interesse em avaliar qualitativamente os processos eleitorais, com duas correntes antagónicas, uma a defender que a democracia tende a consolidar-se nos moldes das democracias liberais mais consolidadas da Europa Ocidental e da América do Norte, e outra a vergar por um cepticismo, com algumas vozes defender em África estamos perante sistemas híbridos que não são nem totalmente autoritários, como nos regimes de partido único, mas também não necessariamente democráticos. A realidade é que as eleições periódicas e multipartidárias já fazem parte das instituições mais visíveis que até inclusive são usadas para legitimar regimes autoritários.

O que dizer do estágio de estudos eleitorais nas chamadas democracias emergentes em África? Não seria de todo uma verdade afirmar categoricamente que eles são, o certo é que são limitados, devido aos factores que este texto pretende expor. A área de estudos eleitorais pode envolver um leque de aspectos, nomeadamente a análise do funcionamento dos partidos políticos e dos órgãos eleitos, do funcionamento dos órgãos de gestão eleitoral, da legislação que dita os critérios de elegibilidade dos eleitores e dos candidatos para votarem e serem eleitos, as estratégias de campanha eleitoral dos partidos, só para mencionar alguns.

Este artigo olha para os estudos eleitorais que têm como enfoque no eleitorado e seus mecanismos ou estratégias de escolha do seu partido político ou candidato em tempo de eleições. O argumento para esta escolha é que as eleições são a pedra angular nas democracias liberais modernas. Em democracias emergentes, tais como as da África, elas constituem a principal se não mesmo a única forma de participação política dos cidadãos (Goerres, 2007; Lindberg & Morrison, 2008). Ademais, as eleições só ganham importância como mecanismos de fortalecimento da democracia quando

encaradas de ponto de vista da racionalidade do eleitorado nas suas escolhas eleitorais, daí que estudo de comportamento eleitoral se afigure importante.

No tocante à pesquisa eleitoral o nosso argumento é que ela não é imune às mudanças políticas económicas e sociais. Mais adiante mostraremos que o avanço teórico e metodológico desta área de saber foi largamente e positivamente influenciada pelo progresso tecnológico que se registou logo a seguir à II Guerra Mundial. Isto equivale a dizer que também pode sofrer negativamente dos efeitos perversos. De facto, as actuais crises políticas, sociais e económicas que têm abalado o mundo influenciam negativamente esta área de saber, em termos de aumento de custos para a sua realização, dada a natureza onerosa deste tipo de estudos, devido principalmente à exigência metodológica desta área para a cobertura populacional e territorial maior, para além da exigência de uso de instrumentos de pesquisa sofisticados para a recolha e análise de dados. Estas limitações são agudizadas pelo contexto de limitada material e de infra-estruturas que grande parte das novas democracias enfrenta. Também é indiscutível que sem investigação contínua e permanente não há possibilidades de progresso teórico nem metodológico.

O texto analisa os desafios de âmbito teórico, metodológico e questões de natureza política como por exemplo o endurecimento das condições políticas, desafios de natureza económica como o problema de financiamento das pesquisas, e mesmo desafios sociais que têm a ver com as condições sociais das sociedades africanas e seu impacto na sua sofisticação política para melhor participar como informantes nas pesquisas. Em cada um dos desafios o texto procura mostrar também os avançados registados.

Desafios teóricos de estudos eleitorais em África

A área de estudos eleitorais é uma das mais antigas e mais avançadas da Ciência Política, e a que mais desenvolvimento teórico-metodológico e pesquisa social empírica registou no século XX, principalmente depois da II Guerra Mundial, nas democracias mais consolidadas da Europa Ocidental e América, positivamente influenciada pelo progresso tecnológico, mais concretamente pela introdução de computador e de métodos e técnicas estatísticas.

A literatura sugere que as decisões eleitorais dos cidadãos seguem a dois polos, nomeadamente a *racionalidade avaliativa* (escolha baseada na avaliação de desempenho governamental) e a *não-avaliativa* (escolha baseada em afinidades e identidades) (Lindberg & Morrison, 2008). Sobre estes dois polos assentam-se as três correntes teóricas clássicas ou modelos teóricos que procuram perceber a formação de ideias que levam à decisão eleitoral, designadamente a Sociológica, a Psico-

sociológica (Identificação Partidária) e a Escolha Racional. O quadro teórico foi se expandindo ao longo do tempo, mas para o propósito deste texto nos centralizamos nestas três modelos teóricos ou paradigmas. Apesar de baseadas em diferentes pressupostos, as três teorias estão intelectualmente ligadas na sua explicação do voto; alias, umas são originadas a partir de outras em forma de complementaridade (Evans, 2004; Anderson & Heath, 2000).

A Teoria Sociológica tem como pressuposto básico que o voto é determinado pelas estruturas sociais; isto é, o voto escolhe o partido político ou candidato próximo do seu grupo social (Andersen & Heath, 2000; Thomassen, 1994; Andersen & Heath, 2003; Evans, 2004, Pereira, 2008; Catt, 1996; Achen, 2002; Brooks et al, 2006; Andersen & Yaish, 2003). O modelo fornece explicação por que alguns eleitores identificam-se com um partido por um longo período da sua vida, se não mudarem de grupo social. Da Teoria Sociológica surgiu um sub-modelo, o de Clivagens Sociais, que tem como precursores Lipset & Rokkan (1967). O modelo acrescenta que a identidade social não só influencia a escolha eleitoral, mas também a formação de partidos políticos, uma vez que os partidos procurarão incorporar a estrutura de clivagens ou conflitos existentes numa determinada sociedade (Andersen & Heath, 2000; Evans, 2004; Anderson & Heath, 2003; Zielinski, 2002; Basedau et al, 2011). No contexto europeu, donde o modelo é originário e teve muita influência, Lipset & Rokkan (1967) identificaram quatro tipos de clivagens, nomeadamente o *centro v. periferia*, *igreja vs Estado*, *terra vs indústria* (rural vs urbano) e *capital vs proletariado* (Lipset & Rokkan, 1967; Colomer & Puglisi, 2005; Lipset, 2001; Norris & Mattes, 2003; Erdmann, 2007a; Evans, 2004; Himmelstrand, 1969; Zielinski, 2002).

A Teoria Socio-psicológica, iniciada por Campbell e seus colegas da Universidade de Michigan numa publicação bastante famosa, *The American Voter* (Campbell et al; 1960), tem como principal pressuposto que o voto é largamente moldado pela lealdade partidária do indivíduo (Harrop & Miller, 1987; Dalton, 2007). A pesquisa de Campbell e seus colegas deu origem ao conceito de *Identificação Partidária* que é uma identificação duradoira ou psicológica com um determinado partido político (Campbell et al, 1960; Weinschenk, 2010; Bartle & Griffiths, 2002; Greene, 2002; & Rosema, 2009; Marthaler, 2008). Esta identificação partidária é transmitida de geração Thomassen em geração no seio familiar através de um processo de socialização e torna-se mais forte com a idade (Campbell et al., 1960; Chandler, 1988; Pereira, 2008; Andersen & Heath, 2000; Achen, 2002; Erdmann, 2007a; Schoeman & Puttergill, 2007; Weinschenk, 2010; Frank & Jackson, 1983). Portanto, o voto torna-se uma expressão de forte identificação com o partido ou candidato. Este modelo explica porque alguns eleitores não mudam das suas escolhas eleitorais de eleição em eleição independentemente das circunstâncias (Erdmann, 2007a).

Por último, o modelo de Escolha Racional que tem como seu precursor Downs (1957), baseia-se no pressuposto de que voto económico, uma vez que a decisão de votar num determinado partido político ou candidato será influenciada pela sua avaliação de custos que pode incorrer, bem como nos benefícios a obter (Lewis-Beck & Nadeau, 2011 Andersen & Heath, 2000; Lindberg & Morrison, 2008; Pereira, 2008). Este modelo foi mais tarde retomado e adaptado por Fiorina (1981) ao recuperar o conceito de Identificação Partidária. Fiorina (1981) que mesmo nas condições de voto económico, o voto continua a ser uma expressão de identidade partidária; a diferença é que desta vez a identidade não é afectiva, mas sim resulta de um cálculo racional que o eleitor faz. Neste contexto, o eleitor premeia o bom desempenho governamental com o seu voto ao incumbente e pune o mau desempenho com o não voto. Este modelo providencia explicação por que alguns eleitores mudam de preferência partidária.

Com estas teorias disponíveis para a explicação do voto por que África continua a registar limitações no avanço dos estudos eleitorais? A resposta, ou o primeiro desafio é que tendo estes modelos sido desenvolvidos num contexto europeu ou americano, não encontram fácil enquadramento na explicação da racionalidade do voto no contexto africano, dadas as diferenças nas condições políticas, económicas e mesmo sociais. A África ainda não desenvolveu teorias próprias adequadas ao contexto das suas democracias e contextos políticos, económicos e sociais.

Sem um quadro teórico próprio, estudiosos de comportamento eleitoral em África ainda se baseiam em modelos teóricos emprestados das democracias consolidadas (Keulder, 2000). Infelizmente esta tem sido a tendência geral, como mostra Erdmann (2002) que o estudo de partidos políticos e sistemas partidários africanos também tem sido baseado em modelos teóricos europeus o que resulta na sua errônea categorização generalizada como 'partidos de massas' ao estilo europeu (ver também Basedeau, Erdman & Mehler (2007). O uso de empréstimo teórico para uma realidade adversa tem resultado em inúmeros desafios.

Estudiosos que queiram usar a teoria de Identificação Partidária deparam-se imediatamente com o desafio de quase inexistência deste conceito, nos moldes em que foi definido por Campbell e sua equipa, dado o carácter recente dos próprios partidos políticos e sua fraca institucionalização (Pereira, 2008). Por exemplo, estudos conduzidos por Mattes (1995) e mais tarde por Schoeman & Puttergill (2007) na África do Sul concluíram que a forte identificação partidário com o partido histórico e libertador, o African National Congress (ANC), era mais uma identificação situacional que só podia ser compreendida quando analisada em conjunto com outros factores socio-económicos, bem como com as questões de raça e mesmo de género. Num outro estudo relativamente mais recente, Bratton et al (2012) achou que a identificação partidária era mais estratégica do que psicológica, uma vez que as

peças se identificavam com o partido em troca de benefícios ou para evitar sanções. Foi a mesma lógica encontrada no estudo de Matsimbe (2017) em Maxixe. Portanto, a inexistência de conceito central do modelo psico-sociológico impõe uma considerável barreira na sua utilização para estudar o comportamento eleitoral em África.

No continente há registo de tentativas de empréstimo da teoria de Escolha Racional para explicar o voto com base na economia. O Gana, talvez pela sua história de sucesso democrático caracterizado pela alternância de poder, tem sido o país onde se concentram os poucos estudos sobre voto económico. Esses estudos concluíram que as avaliações populares do desempenho do governo em termos de economia são importantes na escolha de voto (Youde, 2005; Fridy, 2007; Lindberg & Morrison, 2008; Lindberg & Morrison, 2005). Em outro estudo, analisando a influência das condições económicas na Zâmbia, Posner & Simon (2002) observaram que o apoio ao presidente em exercício havia diminuído com o declínio e endurecimento das condições económicas. Contudo, um aspecto que constitui desafio para a aplicação ou interpretação teoria económica naquela região, válido também para o continente, é a descoberta de que os eleitores insatisfeitos com o governo, ao em vez de o punir por atribuir o seu voto à oposição, os eleitores zambianos preferiram abster-se das urnas. Schoeman & Puttergill (2007) chegaram ao mesmo achado que os eleitores mostraram insatisfação com o desempenho do ANC na prestação de serviços, mas não atribuíram o seu voto à oposição, abstiveram-se. Estas conclusões levam a uma necessidade de adaptação dos postulados de Fiorina sobre o voto económico para a sua aplicação nas democracias africanas. Bratton et al (2012) mostram algumas reservas em termos de racionalidade instrumental do voto africano (ver também Friedman, 1999).

Bratton et al (2012) são os únicos que fizeram uma referência clara que as condições económicas desempenhavam um papel preponderante na determinação das escolhas eleitorais e desafiam em afirmar que o papel da economia na determinação da votação em África é ainda maior do que nas democracias mais consolidadas. É uma conclusão que deve ser encarada com alguma reserva.

Examinemos de perto o Modelo de Clivagens Sociais de Lipset e Rokkan em termos de sua aplicabilidade na explicação do voto em África. De referir que este tem sido o mais testado em África por se acreditar que usa variáveis que são presentes em muitas democracias africanas, mas o primeiro desafio que pesquisadores encaram é que as clivagens sociais tradicionais referidas pelo modelo como sendo as que influenciam grandemente a escolha eleitoral e sistemas partidários não são desenvolvidas no contexto africano o que as torna politicamente pouco relevantes e por isso são incapazes de influenciar as escolhas eleitorais e muito menos a formação de partidos políticos.

Num esforço frenético, investigadores africanos têm se empenhado na adaptação do modelo para sua empregabilidade em África com a consideração ou integração de etnicidade como uma das clivagens (semelhante à de centro-periferia de Lipset-Rokkan) capaz de explicar o comportamento eleitoral e formação de partidos políticos em África (veja por exemplo Edmann, 2007a). De facto, um olhar atento revela que estudos eleitorais em África tendem a incluir etnicidade, a pertença a um determinado grupo tribal, o clientelismo, as relações interpessoais, as clivagens regionais e rural ou urbano. As variáveis mais comuns para a explicação do voto em África incluem a (Horowitz, 1985; Keulder, 2000; Lindberg & Morrison, 2008; Erdmann, 2007a; Erdmann 2004; Pereira, 2008; Erdmann, 2007a; Basedau et al, 2011; Fridy, 2007; Basedau & Stroh, 2009). Estudos conduzidos em Moçambique, por exemplo mostram que o factor regional (urbano vs rural) como uma importante clivagem no alinhamento do eleitorado com os partidos (Brito, 1996; Shenga, 2008; Pereira *et al*, 2002; Pereira, 2007). Mas o posicionamento da etnicidade como a principal clivagem social coloca dois desafios teóricos.

O primeiro desafio é que o enfoque na etnia como variável monolítica para a explicação das decisões políticas dos africanos (Keulder, 2000) praticamente elimina a possibilidade de análise de outros factores que eventualmente poderão ter alguma influência na explicação do voto, como é o caso de classe, género, idade, estatuto social, emprego e orientação ideológica (Lindberg & Morrison, 2008). O segundo desafio prende-se com a fraca institucionalização dos partidos políticos, o que torna quase impossível afirmar com firmeza que a etnicidade influencia a formação partidária. É preciso recordar também que a ideia de construção de Partido-Estado que caracterizou muitos países a seguir à independência, não permitiu a polarização e politização da etnia (Basedau et al, 2011). O modelo de Lipset e Rokkan prevê partidos bem consolidados e formados em linha com as clivagens tradicionais existentes numa determinada (Erdmann, 2007) e também sistemas partidários bem institucionalizados, o que não é o caso para o contexto africano, dado o seu carácter novo.

A conclusão de que etnicidade é uma clivagem social bastante válida para a explicação do voto tem sido bastante contestada. Lindberg & Morrison (2008) por exemplo, são de opinião de que a ideia largamente assumida de que etnia é um factor importante na explicação do alinhamento dos eleitores em África está despida de evidência empírica, um problema causado por questões metodológicas, como demonstraremos na secção que se segue.

Um outro importante desafio na pesquisa empírica tem sido a limitação que os pesquisadores africanos têm para usar modelos teóricos combinados na explicação do voto, o que leva a resultados a resultados pouco satisfatórios, dada a complexidade do fenómeno. Estudiosos eleitorais são consensuais em dizer que questões sobre como os eleitores decidem votar ou não num determinado

candidato ou partido político, ou simplesmente não participar em pelitos eleitorais são complexas que não podem ser explicadas por um modelo teórico isolado (Erdmann, 2007a).

Desafios metodológicos e conceptuais

Como já nos referimos na secção anterior, a área de estudos eleitorais foi uma das que registou um progresso teórico-metodológico bastante assinalável graças ao avanço da estatística e a sofisticação do computador. Novos modelos técnico-metodológicos e estatísticos foram introduzidos, o que permitiu rapidez na agregação, categorização, cruzamento e regressão de dados. É surpreendente a complexidade de modelos estatísticos usados em democracias mais avançadas no seu estudo do comportamento eleitoral. O que dizer de África sobre este progresso técnico-metodológico?

Olhando para os poucos estudos eleitorais já disponíveis no continente fica claro que eles ainda baseiam-se em métodos mais básicos como entrevistas individuais ou em grupo e inquéritos por questionário presencial. Apesar da sua simplicidade, o uso destas técnicas de recolha de dados não é imune de desafios. Por exemplo, estudos que recorrem ao inquérito por questionário não raras vezes reportam incoerência dos respondentes. A falta de cultura de responder os inquéritos pode ser uma das causas, mas o problema também pode ser derivado da deficiente formação dos inquiridores. Uma terceira possibilidade de origem do problema é o contexto político, que muitas vezes compele ao inquiridos a responder ao politicamente correcto para evitar sanções. A análise de resultados de inquéritos muitas vezes não passa de uma simples análise estatística de frequências, moda e mediana.

Sendo estudos baseados em teorias emprestadas de outros contextos, a pesquisa eleitoral em África também enferma de problemas conceptuais. Já mostramos por exemplo que conceitos como identificação partidária, os tipos de clivagens que são usados para estudar comportamento eleitoral em outras democracias são de difícil interpretação e aplicabilidade no continente. Apesar de ser largamente usado em estudos eleitorais no continente, o próprio conceito de etnia tem sofrido de uma fluidez que o torna de difícil definição (Erdmann, 2007a)

Retomemos o debate sobre o papel da etnicidade na explicação do voto em África, desta vez com um enfoque em questões metodológicas. Como Erdmann (2007a) ressalta, resultados inconclusivos e contraditórios sobre o voto africano ser uma expressão da identidade étnica pode estar associada a problemas metodológicos e conceptuais, problema que só poderá ser ultrapassado com o refinamento da pesquisa e sofisticação das ferramentas analíticas. Explicitamente Erdmann (2007a) e outros autores nos fazem recordar da existência deste problema

O conhecimento que se torna quase convencional do determinismo de etnicidade é uma falácia ecológica, uma vez que estudos que chegam a este tipo de conclusão usam dados agregados ou resultados eleitorais nacionais (Basedau et al, 2011; Basedau & Stroh, 2012:5; Lindberg & Morrison, 2008; Bratton, 2005; Erdmann, 2007a). São as limitações metodológicas que levam a que muitos estudos dêem o seu enfoque a questões étnicas como determinantes nas decisões eleitorais.

Tratemos de algumas evidências destes problemas metodológicos. Dois estudos conduzidos no mesmo país (Gana) e no mesmo ano (2007) produziram resultados contraditórios; Lindberg & Morrison (2008) baseados em entrevistas individuais chegaram à conclusão de que etnicidade desempenhava um papel diminuto na predisposição dos eleitores ao voto; usando um método diferente (dados agregados do Afrobarometro) Bratton et al (2012) tiveram uma conclusão similar. Até aqui tudo bem. Mas acontece que ainda mesmo ano, Fridy (2007) conduziu um estudo baseado em análise regressiva de dados agregados e entrevistas com grupos focais que o levou a uma conclusão contraditória. Fridy (2007) concluiu que o papel da etnicidade nas escolhas eleitorais não era tão diminuto como os outros diziam; etnicidade era tão relevante, mas não era o único factor determinante. Certamente que o tamanho do N poderá ter influenciado estes resultados contraditórios, uma vez que eles utilizaram coberturas regionais diferentes em termos de tamanho geográfico. Ainda no mesmo ano, um outro estudo conduzido por Erdmann (2007) na Zâmbia concluía que etnicidade exerce grande influência não só no alinhamento eleitoral, mas também na formação e filiação partidária dos cidadãos. Surpreendente!

Existem quatro aspectos metodológicas que levam a estas conclusões. O primeiro tem a ver com o uso de dados agregados de resultados eleitorais nacionais para se fazer inferências sobre o comportamento individual dos eleitores, quando na verdade não se sabe ao certo quem votou em quem. Esta situação leva a que as vitórias eleitorais repetitivas alcançadas por um partido ou candidato numa determinada região ou círculo eleitoral que é maioritariamente habitada por um determinado grupo étnico seja automaticamente interpretada como indício de predominância de voto étnico. Comentários sobre a presença de voto étnico em Moçambique têm sido ouvidos, pelo simples facto de a Frelimo obter sempre resultados favoráveis na região do sul do país, região maioritariamente habitada por grupo linguístico e a Renamo ter maior aceitação eleitoral no centro do país, região habitada por um outro grupo linguístico diferente.

Segundo, os estudos que optam por uma abordagem mais qualitativa (entrevistas individuais ou em grupo e observação participativa) tendem a erradamente interpretar as estratégias partidárias de nomeação de um candidato partidário com elevadas probabilidade de ganhar num determinado círculo eleitoral que seja maioritariamente habitado por eleitores de seu grupo étnico como sendo um sinal

inequívoco de presença de etnicidade. A fraqueza de estudos qualitativos reside no facto de eles se basearem em opiniões, as quais podem ser influenciadas pelo contexto. Por exemplo, o estudo de Erdmann (2007a), baseado em grupos focais na Zâmbia, mostra que embora quase todos os seus respondentes tenham admitido que a votação na Zâmbia é largamente influenciada pela pertença tribal, os respondentes urbanos recusaram-se a admitir ou a identificar-se como tribalistas; eles atribuíam o carácter tribal aos cidadãos das zonas rurais. Esta é também uma significativa barreira ligada à questão do sentido conotativo a alguns conceitos.

Um terceiro aspecto metodológico está ligado ao facto de alguns investigadores olharem para a composição do governo em termos de representação de grupos étnicos e em caso de notar parte considerável dos membros provêm de um determinado grupo precipitadamente concluírem que a composição é étnica.

Estudos baseados em dados agregados pecam por ignorar dinâmicas locais ou factores regionais os quais podem influenciar grandemente a estratégia de voto dos eleitores. E por outro lado, estudos que confiam largamente em análise socio-histórica têm a desvantagem de ignorar o papel do indivíduo na escolha eleitoral. O voto é individual, e não colectivo.

Um outro desafio é que o continente tem mostrado poucos esforços de cooperação inter-institucional entre centros de pesquisa e de produção de conhecimento de modo a unir esforços para minimizar os desafios ora identificados. O facto de que estudos eleitorais têm-se concentrado em democracias de expressão inglesa limita possibilidades de estabelecimento de comparação entre países africanas de outras línguas. Alguns avanços incluem tentativas de estudo comparativos, como fez Bratton et al (2012) usando dados do Afrobarómetro. De facto, Afrobarómetro tem sido um dos mais salientes projectos de impacto continental que procura que em cada país onde conduz o inquérito procura associar-se a algumas instituições locais de pesquisa e seus investigadores. Mais ainda, Afrobarómetro tem a vantagem de colocar os dados agregados dos inquéritos disponíveis para interpretação pelos interessados.

Desafios de financiamento de estudos eleitorais

Se o progresso tecnológico pode ser visto como oportunidade, ao mesmo tempo este pode constituir um desafio para o crescimento da pesquisa. Para o caso da área de estudos eleitorais vimos que a introdução de computador veio estimular o progresso científico, mas o acesso ao computador e o domínio de técnicas estatísticas representa um custo que muitas vezes não está ao alcance de pesquisadores africanos. A administração de inquérito por questionário envolve um elevado custo

financeiro, dada a exigência de um N maior que implica grande logística humana, financeira e material. O debate sobre a relevância ou não da etnicidade na determinação do voto seria bem esclarecido através de inquérito por painel seriam os mais adequados para fazer o mapeamento das possíveis alterações das escolhas individuais ao longo do tempo (Erdmann, 2007), mas esta técnica tem-se revelado onerosa.

É preciso lembrar que a maioria dos estados africanos vive necessidades económicas extremas. As crises económicas que vêm abalando estes países têm estado a agudizar a situação de escassez financeira. Para minorar as consequências da crise os governos têm desviado fundos de outras áreas consideradas não prioritárias para a satisfação das necessidades primárias de alimentação e cuidados de saúde dos seus cidadãos. A área de pesquisa é uma das primeiras a ser afastada da lista das prioridades governamentais. Como resultado, as instituições de pesquisa ou universidades públicas, as que geralmente têm sido vocacionadas para estudos sociais, ficam reféns de boa vontade de terceiros.

Conclusão

O artigo mostra que os estudos eleitorais em África estão ainda na fase embrionária, tal como é a própria democracia multipartidária. Argumenta ainda que estudos eleitorais enfrentam desafios de natureza teórica uma vez que o continente ainda não desenvolveu teorias próprias baseadas no contexto de funcionamento das suas democracias, o que leva a que pesquisadores de comportamento eleitoral em África fiquem com opções limitadas à adaptação de modelos teóricos emprestados das democracias consolidadas. O problema aqui é que raramente estes logram sucessos na explicação da racionalidade do voto, dadas as diferenças nas condições políticas, económicas e sociais em que estas teorias são aplicadas. Sendo estudos baseados em teorias emprestadas de outros contextos, a pesquisa eleitoral em África também enferma de problemas conceptuais.

O artigo argumenta ainda que o progresso metodológico e tecnológico registado nas democracias mais avançadas ainda não beneficia aos pesquisadores africanos, os quais ainda conduzem seus estudos à base de métodos mais qualitativos ou técnicas pouco sofisticadas como o uso de estatísticas que não vão muito além do cálculo das frequências simples, moda e mediana.

Um outro factor que impacta o progresso de estudos eleitorais no continente são as limitações financeiras. As crises económicas que têm abalado o mundo têm agudizado a situação de escassez financeira, o que leva a que estudos sociais não sejam considerados prioritários.

Referências

- Achen, C. H., 2002. Parental socialisation and rational party identification. *Political Behavior*, 24 (2), pp. 151-170.
- Andersen, R. and Heath, A., 2000. Social cleavages, attitudes and voting patterns: A comparison of Canada and Great Britain. *Working Paper*, (81), CREST (Centre for Research into Elections and Social Trends).
- Andersen, R. and Heath, A., 2003. Social identities and political cleavages: the role of political context. *Journal of the Royal Statistical Society: Series A (Statistics in Society)*, 166(3), pp.301-327.
- Andersen, R. and Yaish, M., 2003. Social cleavages, electoral reform and party choice: Israel's 'natural' experiment. *Electoral studies*, 22 (3), pp. 399-423.
- Bartle, J. and Griffiths, D., 2002. Social-psychological, economic and marketing models of voting behaviour compared. *The idea of political marketing*, pp. 19-37.
- Basedau, M. and Stroh, A., 2009. Ethnicity and party systems in francophone sub-Saharan Africa. *Working paper 100*, GIGA Research Programme
- Basedau, M. and Stroh, A., 2012. How Ethnic Are African Parties Really? Evidence from four Francophone countries. *International Political Science Review*, 33 (1), pp. 5-24.
- Basedau, M., Erdmann, G., & Mehler, A. (2007). Introduction: Research on Electoral Systems, Parties and Party Systems in Africa. In: Basedau, M., Erdmann, G., & Mehler, A. *Votes, money and violence: political parties and elections in Sub-Saharan Africa*. Nordiska Afrikainstitutet; Kwazulu-Natal Press.
- Basedau, M., Erdmann, G., Lay, J. and Stroh, A., 2011. Ethnicity and party preference in sub-Saharan Africa. *Democratization*, 18 (2), pp. 462-489.
- Bratton, M., Bhavnani, R. and Chen, T.H., 2012. Voting intentions in Africa: ethnic, economic or partisan? *Commonwealth & Comparative Politics*, 50 (1), pp. 27-52.
- Brito, L. D., 1996. 'Voting behaviour in Mozambique's first multiparty elections, (pp. 455- 481) in Mazula, ed., *Mozambique: Elections, Democracy and Development*. Maputo: Elo Gráfica.
- Brooks, C., Nieuwbeerta, P. and Manza, J., 2006. Cleavage-based voting behavior in cross-national perspective: Evidence from six postwar democracies. *Social Science Research*, 35 (1), pp. 88-128.
- Campbell, A., Converse, P.E., Miller, W.E. and Stokes, D., 1960. *The American voter*. Chicago: University of Chicago Press.
- Catt, H., 1996. *Voting behaviour: a radical critique*. London: Leicester University Press.
- Chandler, M., 1988. Models of voting behavior in survey research. *Synthese*, 76 (1), pp. 25-48.
- Colomer, J. M. and Puglisi, R., 2005. Cleavages, issues and parties: a critical overview of the literature. *European political science*, 4 (4), pp. 502-520.
- Dalton, R. J., 2007. Partisan mobilization, cognitive mobilization and the changing American electorate. *Electoral Studies*, 26(2), 274-286.
- Downs, A., 1957. An economic theory of political action in a democracy. *The journal of political economy*, 65 (2), pp. 135-150.
- Erdmann, G., 2004. Party research: Western European bias and the 'African labyrinth'. *Democratization*, 11 (3), pp. 63-87.
- Erdmann, G., 2007. Ethnicity, voter alignment and political party affiliation-an African case: Zambia. *GIGA Working Paper*, No. 45.
- Erdmann, G., 2007a. The cleavage model, ethnicity and voter alignment in Africa: Conceptual and methodological problems revisited. *GIGA Working Paper*, No. 63.
- Evans, J. A., 2004. *Voters and voting: an introduction*. London: SAGE Publications.
- Fiorina, M. P., 1981. *Retrospective voting in American national elections*. New Haven: Yale University.
- Franklin, C. H. and Jackson, J. E., 1983. The dynamics of party identification. *American Political Science Review*, 77 (04), pp. 957-973.
- Fridy, K. S., 2007. The elephant, umbrella, and quarrelling cocks: Disaggregating partisanship in Ghana's fourth republic. *African Affairs*, 106 (423), pp. 281-305.
- Friedman, S., 1999. Who we are: voter participation, rationality and the 1999 election. *Politikon: South African Journal of Political Studies*, 26 (2), pp. 213-223.
- Greene, S., 2002. The social-psychological measurement of partisanship. *Political Behavior*, 24 (3), pp. 171-197.
- Harrop, M. and Miller, W. L., 1987. *Elections and voters: a comparative introduction*. New York: New Amsterdam Books.
- Himmelstrand, U., 1969. Book Review: Party Systems and Voter Alignments: Cross-National Perspectives/Edited by Seymour M. Lipset and Stein Rokkan. *Acta Sociologica*, 12 (4), pp. 234-237.

- Horowitz, D. L., 1985. *Ethnic groups in conflict*. University of California Press.
- Keulder, C., 2000. Voting Behaviour in Namibia. In Keulder, C., *State, Society and Democracy: A Reader in Namibian Politics*, Namibian Institute for Democracy. NID: Windhoek.
- Lewis-Beck, M.S. and Nadeau, R., 2011. Economic voting theory: Testing new dimensions. *Electoral Studies*, 30 (2), pp. 288-294.
- Lindberg, S. I. and Morrison, M. K., 2005. Exploring voter alignments in Africa: core and swing voters in Ghana. *The Journal of Modern African Studies*, 43 (04), pp. 565-586.
- Lindberg, S. I. and Morrison, M. K., 2008. Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. *Political Science Quarterly*, 123 (1), pp. 95-122.
- Lipset, S. M. and Rokkan, S., 1967. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In Lipset, S. M. and Rokkan, S. eds., 1967. *Party systems and voter alignments: Cross-national perspectives* (Vol. 7). New York: Free press.
- Marthaler, S., 2008. The paradox of the politically-sophisticated partisan: The French case. *West European Politics*, 31(5), 937-959.
- Matsimbe, Z.A., 2017. *Voting behaviour in Mozambique: a case study of Maxixe District* (Doctoral dissertation, University of Pretoria).
- Norris, P. and Mattes, R.B., 2003. *Does ethnicity determine support for the governing party?* (Vol. 26). Institute for Democracy in South Africa (IDASA).
- Pereira, J. C., 2007. *Onde é que os eleitores moçambicanos adquirem as suas informações políticas?* Conferência Inaugural do IESE. Conference paper 30.
- Pereira, J. C., 2008. *Partisan identification in Africa: An exploratory study in Mozambique* (Doctoral dissertation, University of Cape Town).
- Pereira, J. C., Davids, Y. D. and Mattes, R. B., 2002. *Mozambicans' Views of Democracy and Political Reform: A Comparative Perspective* (No. 22). Institute for Democracy in South Africa (IDASA).
- Posner, D. N. and Simon, D. J., 2002. Economic Conditions and Incumbent Support in Africa's New Democracies Evidence from Zambia. *Comparative Political Studies*, 35 (3), pp. 313-336.
- Schoeman, M. and Puttergill, C., 2007. Voting behaviour in the SA local government elections of 2006 with specific reference to the youth. *Journal of African Elections*, 6 (1), pp.152-173.
- Shenga, C., 2008. The Influence of ethnicity on electoral processes in Mozambique. *Opening Societies Through Advocacy*. Open Society Initiative for Southern Africa.
- Thomassen, J. and Rosema, M., 2009. Party identification revisited. In J. Bartle and P. Belluci (eds) *Political parties and partisanship: Social identity and individual attitudes* (pp. 42-95). London and New York: Routledge.
- Thomassen, J., 1994. Introduction: The intellectual history of election studies. *European Journal of political research*, 25 (3), pp. 239-245.
- Weinschenk, A. C., 2010. Revisiting the political theory of party identification. *Political Behavior*, 32 (4), pp. 473-494.
- Youde, J., 2005. Economics and government popularity in Ghana. *Electoral Studies*, 24 (1), pp. 1-16.
- Zielinski, J., 2002. Translating social cleavages into party systems: The significance of new democracies. *World Politics*, 54 (02), pp. 184-211.